

PLATÃO – REPÚBLICA (336b-344c)

Tanto eu como Polemarco ficamos tomados de pânico. E ele (Trasímaco), voltando-se para todos, exclamou: - Que estais aí a falar há tanto tempo, Sócrates? Porque vos mostrais tão simplórios, cedendo alternadamente o lugar um ao outro? Se na verdade queres saber a que é a justiça, não te limites a interrogar nem procures a celebridade a refutar quem te responde, reconhecendo que é mais fácil perguntar do que dar a réplica. Mas responde tu mesmo e diz o que entendes por justiça. E vê lá, não me digas que é a dever, ou a utilidade, ou a vantagem, o proveito ou a conveniência. Mas, a que disseres, diz-mo clara e concisamente, pois, se te exprimires por meio de frivolidades desta ordem, não as aceitarei.

Ao ouvir isto, fiquei estarecido; volvi os olhos na sua direção, atemorizado, e pareceu-me que, se eu não tivesse olhado para ele antes dele ter olhado para mim, eu teria ficado sem voz. Mas neste caso, quando começou a irritar-se com a nossa discussão, fui eu o primeiro a olhá-lo, de maneira que fui capaz de lhe responder. Disse, pois, a tremer: - Ó Trasímaco, não te zanges conosco. Se cometemos qualquer erro ao examinar os argumentos, tanto ele como eu, fica sabendo claramente que a nosso erro foi involuntário. Pois não julgues que, se estivéssemos a procurar ouro, cederíamos voluntariamente a lugar um ao outro na pesquisa, arruinando a descoberta. Ora, quando procuramos a justiça, coisa muito mais preciosa que todo o ouro, seríamos tão insensatos que cedêssemos um ao outro, em vez de nos esforçarmos para a pôr a claro? Acredita-me, meu amigo. Mas parece-me que não temos forças para tanto. Por conseguinte, e muito mais natural que vós, os que sois capazes, tenhais compaixão de nós, em vez de irritação.

Ao ouvir estas palavras, desatou num riso sardônico e exclamou: - Ó Hercules! Cá está a célebre e costumada ironia de Sócrates! Eu bem a sabia, e tinha prevenido os que aqui estão de que havias de te esquivar a responder, que te fingirias ignorante, e que farias tudo quanto há para não responder, se alguém te interrogasse.

- É que tu és um homem esperto, ó Trasímaco – disse eu - Pois sabias perfeitamente que, se perguntasses a alguém quantos são doze, e, ao fazer a pergunta, prevenisses: «Vê lá, homem, não me digas que são duas vezes seis, nem que são três vezes quatro, nem seis vezes dois, nem quatro vezes três; que eu não aceito tais banalidades» - creio que se tornaria evidente para ti que ninguém daria a resposta a uma pergunta assim formulada. Mas se essa pessoa te dissesse: «Ó Trasímaco, que estás a dizer? Que não posso responder a nada do que disseste? És espantoso! Ainda que se dê o caso de a resposta ser uma dessas, terei de afirmar outra coisa diferente da verdade? Ou não é isto que queres dizer?» Que responderias a isto?

- Ora bem! - Exclamou ele -. Como se isso fosse semelhante ao que eu disse!

- Nada impede que o seja – repliquei. Ainda que não seja semelhante, se os casos parecerem iguais àquele que interroga, julgas que ele desdenhará responder o que lhe parecer bem, quer lho proibamos quer não?

- De certeza que também vais proceder desse modo. Vais dar uma das respostas que eu recusei?

- Não me surpreenderia - repliquei - se, depois de refletir, houvesse por bem fazer assim.

- Ora pois - continuou -, se eu te revelar outra resposta melhor do que essas, para além de todas as que deste sobre a justiça? Que pena mereces?

- Que outra pena - respondi eu – se não aquela que deve sofrer o ignorante? Devo aprender junto de quem sabe. E isso, portanto, o que eu julgo merecer.

- És muito engraçado. Mas, além de aprender, terás de pagar também dinheiro.

- Nesse caso, quando o tiver - respondi.

- Mas tu o tem - disse Gláucon -. Se é por causa do dinheiro, fala, ó Trasímaco, porque todos nós contribuiremos para ajudar Sócrates.

- Bem me parece - respondeu ele. Para Sócrates fazer como é seu costume. Ele não responde, mas, quando outro responder, pode pedir-lhe uma explicação e refutá-lo.

- Mas, meu excelente amigo - repliquei – como é que uma pessoa há de responder, em primeiro lugar, sem saber, e declarando não saber; seguidamente, ainda que julgue saber qualquer coisa, se lhe foi interdito, por alguém que não é de pouca monta, dar qualquer das respostas que entende? Mas tu é que, naturalmente, deves falar. Pois tu é que dizes saber e ter que dizer. Não deixes de o fazer, mas faz-me o favor de responder, e não te negues a ensinar Gláucon, aqui presente, e aos restantes também.

Depois de eu proferir estas palavras, Gláucon e os outros suplicaram-lhe que não deixasse de fazer assim. E Trasímaco, era evidente que desejava falar para se cobrir de glória, pois supunha que daria uma resposta admirável. Mas fingia insistir para que fosse eu a responder. Por fim, acedeu, e disse em seguida: - Cá está a

esperteza de Sócrates. Não quer ser ele a ensinar, mas vai a toda a parte para aprender com os outros, sem sequer lhes ficar grato.

- Que eu aprendo com os outros, é uma verdade que tu dizes, ó Trasímaco. Porém, dizeres que eu não lhes pago o benefício, é mentira. Pago tanto quanto posso. Mas o que eu posso é apenas elogiar, pois não tenho dinheiro. Com que entusiasmo o faço, quando alguém me parece ter falado bem, sabê-lo-ás perfeitamente e em breve, depois de teres respondido. Pois julgo que vais falar bem.

- Ouve então. Afirmo que a justiça não é outra coisa senão a conveniência do mais forte. Mas porque não aprovas? Não quererás fazê-lo?

- Desde que eu compreenda primeiro o que queres dizer, pois por agora ainda não sei. Afirmas tu que na conveniência do mais forte está a justiça. Que queres tu significar com isso, ó Trasímaco? Pois suponho que não é deste gênero o que queres dizer: se Polídamas, o lutador de pancrácio, que é mais forte que nós, se lhe convém, para o seu físico, comer carne de vaca, tal alimento será também para nós, que lhe somos inferiores, conveniente e justo ao mesmo tempo.

- Não tens vergonha nenhuma, Sócrates, e interpretas as coisas de maneira a desvirtuares o meu argumento.

- De modo algum, meu excelente amigo. Mas explica mais claramente o que queres dizer.

- Pelo visto não sabes - prosseguiu ele - que, dentre os Estados, há os que vivem sob o regime da monarquia, outros da democracia, e outros da aristocracia?

- Como não havia de sabê-lo?

- Ora, em cada Estado, não é o governo que detém a força?

- Exatamente.

- Certamente que cada governo estabelece as leis de acordo com a sua conveniência: a democracia, leis democráticas; a monarquia, monárquicas; e os outros, da mesma maneira. Uma vez promulgadas essas leis, fazem saber que é justo para os governos aquilo que lhes convém, e castigam os transgressores, a título de que violaram a lei e cometeram uma injustiça. Aqui tens, meu excelente amigo, aquilo que eu quero dizer, ao afirmar que ha um só modelo de justiça em todos os Estados - o que convém aos poderes constituídos. Ora estes é que detém a força. De onde resulta, para quem pensar corretamente, que a justiça é a mesma em toda a parte: a conveniência do mais forte.

- Agora - disse eu - percebi o que queres dizer. Se é verdade ou não, tentarei compreendê-lo. Que a justiça era a conveniência, foi, pois, a resposta que deste, tu também, ó Trasímaco. Contudo, proibiste-me que desse essa resposta. E certo que tem a mais o "do mais forte".

- Pequeno acrescento, se calhar!

- Por enquanto, não é evidente se é grande. Mas que deve examinar-se se dizes a verdade, isso é que é evidente. Uma vez que tu e eu concordamos em que a justiça é algo de conveniente, e que tu acrescentas a esta definição que essa conveniência é a do mais forte, e eu ignoro se é assim, temos de examinar a questão.

- Examina - disse ele.

- Assim farei - respondi - Ora diz-me lá: não manténs que obedecer aos que governam é ato de justiça?

- Sim, senhor.

- E os governantes em cada um dos Estados são infalíveis, ou capazes de cometer algum erro?

- Certamente que são capazes de cometer algum erro.

- Portanto, quando experimentam formular leis, formulam umas bem, outras não?

- Julgo bem que sim.

- Mas fazer bem leis é naturalmente promulgar aquilo que lhes convém; não as fazer bem, aquilo que é prejudicial. Não achas?

- Acho.

- Mas o que eles promulgaram tem de ser feito pelos súditos, e isso é que é a justiça? .

- Como não?

- Segundo o teu raciocínio, não só é justo fazer aquilo que convém ao mais forte, mas também, inversamente, aquilo que lhe é prejudicial.

- Que queres tu dizer?

- Aquilo que tu dizes, segundo me parece. Mas examinemos melhor a questão. Não assentamos em que os governantes, ao prescreverem certos atos aos seus súditos, por vezes se enganam no que é melhor para eles, e ainda em que é justo que os governados façam o que os governantes lhes prescrevem? Não foi nisto que assentimos?

- Assim o creio - disse ele.

- Tem presente, portanto - continuei eu – que concordaste que também é justo cometer atos prejudiciais aos governantes e aos mais poderosos, quando os governantes, involuntariamente, tomam determinações inconvenientes para eles - uma vez que declaras ser justa que os governados executem o que prescreveram os governantes. Ora, pois, ó sapientíssimo Trasimaco, não será forçoso que resulte daí a seguinte situação: que é justo fazer o contrário do que tu dizes? Pois não há dúvida que se prescreve aos mais fracos que façam o que é prejudicial aos mais fortes.

- Por Zeus que sim, Sócrates! - exclamou Polemarco. É o que há de mais claro.

- Pelo menos, se deres testemunho a favor dele – interveio Clitofonte.

- E para que precisa ele de testemunhos? O próprio Trasimaco concorda que os governantes por vezes dão ordens que lhes são prejudiciais, e que é justo que os súditos as cumpram.

- De fato, ó Polemarco, Trasimaco estabeleceu que é justo cumprir as ordens dadas pelos governantes.

- E também estabeleceu, ó Clitofonte, que a justiça é a conveniência do mais poderoso. Depois de ter proposto ambos estes princípios, concordou, por outro lado, que por vezes os mais poderosos dão ordens para os que lhes são inferiores e súditos executarem, que a eles mesmos são prejudiciais. Destas concessões resulta que a justiça em nada é mais o que convém ao mais forte do que o que não lhe convém.

- Mas - replicou Clitofonte - por a conveniência do mais forte ele entendia o que o mais forte julgava ser a sua conveniência. E isso que deve fazer o mais fraco, e foi isso que ele apresentou como sendo justo.

- Mas não foi assim que se disse - retrucou Polemarco.

- Não faz diferença nenhuma, Polemarco - disse eu -. Mas se é assim que Trasimaco se exprime agora, aceitemo-lo dessa maneira. Ora diz-me, ó Trasimaco: era assim que querias definir a justiça - aquilo que parece ao mais forte ser-lhe vantajoso, quer o seja, quer não? E assim que diremos que te exprimes?

- De modo algum - respondeu -. Julgas que eu chamo mais forte ao que erra, quando ele erra?

- Julgava eu que era isso que querias dizer, quando concordaste que os governantes não eram infalíveis, mas podiam cometer algum erro.

- Estás de má fé a discutir, ó Sócrates. Chamas, por exemplo, médico, aquele que se engana relativamente aos doentes, precisamente pelo fato de se enganar? Ou chamas hábil calculador aquele que erra os seus cálculos, precisamente por esse erro? Parece-me que são formas de dizer que usamos - de que o médico se enganou, ou o calculador, ou o mestre-escola. Quando, na realidade, cada um destes, na medida em que lhes damos estes nomes, jamais erra. Da mesma maneira que, em rigor, uma vez que também gostas de falar com precisão, nenhum artífice se engana. Efetivamente, só quando o seu saber o abandona é que quem erra se engana e nisso não é um artífice. Por consequência, artífice, sábio ou governante algum se engana, enquanto estiver nessa função, mas toda a gente dirá que o médico errou, ou que o governante errou. Tal é a aceção em que deves tomar a minha resposta de há pouco. Precisando os fatos o mais possível: o governante, na medida em que está no governo, não se engana; se não se engana, promulga a lei que é melhor para ele, e é essa que deve ser cumprida pelos súditos. De maneira que, tal como declarei de início, afirmo que a justiça consiste em fazer o que e conveniente para o mais poderoso.

- Pois bem, Trasimaco - repliquei -. Parece-te que estou de má-fé?

- Inteiramente - respondeu ele.

- Supões que foi propositadamente que te interroguei deste modo, para te prejudicar na discussão?

- Sei bem que sim - replicou - Mas de nada te servirá. Não me passam despercebidas as tuas manobras malfazejas; nem, se não me apanhares de surpresa, serás capaz de me dominar na argumentação.

- Tão pouco quereria tentá-lo - declarei - ó afortunado homem! Mas, para não nos tomar a acontecer uma coisa assim, define claramente o que queres significar com o governante e o mais forte - se é em geral ou no sentido que agora mesmo intitulaste rigoroso - esse mais forte cuja conveniência, uma vez que ele é o mais poderoso, é justo que o mais fraco sirva.

- Quero significar o governante no sentido mais rigoroso do termo. Perante isto, põe-te de má parte e de má fé, tanto quanto puderes. Não te peço mercê! Mas não serás capaz.

- Julgas-me tão delirante que tente fazer a tosquia de um leão, pondo-me de mau partido contra Trasimaco? -

- Pois ainda agora experimentaste, embora também neste aspecto pouco valhas.

- Basta destas questões. Mas diz-me: o médico, no sentido rigoroso, que há pouco definias, é seu objetivo ganhar dinheiro ou tratar os doentes? Refere-te ao médico de verdade.

- Tratar os doentes - respondeu.

- E o piloto? O piloto como deve ser, é chefe dos marinheiros ou marinheiro?

- É chefe dos marinheiros.

- Não é preciso tomar em linha de conta para nada o fato de ele estar embarcado no navio; não é por isso que se deveria chamar-lhe marinheiro, pois não é pelo fato de ele navegar que se lhe chama piloto, mas pela sua arte e pelo comando dos marinheiros.

- É verdade - disse ele.

- Nesse caso, cada um deles tem a sua própria conveniência?

- Exatamente.

- E a sua arte foi feita para procurar e fornecer a cada um o que lhe convém?

- Foi.

- Cada uma das artes tem qualquer outra vantagem, para além da maior perfeição possível?

- Que queres dizer com a tua pergunta?

- Por exemplo: Se me perguntasses se ao corpo basta ser corpo, ou se tem necessidade de alguma coisa, eu responderia: «Tem necessidade absoluta. E por isso é que se inventou agora a arte da medicina, porque o corpo é sujeito a defeitos, e de tais defeitos carece de ser curado. Para lhe fornecer o que lhe é vantajoso, para isso é que se concertou esta arte». Parece-te que é certo o que estou a dizer, ou não?

- É - confirmou ele.

- E então? É sujeita a defeitos a própria arte da medicina, ou há qualquer outra que tenha necessidade de uma certa qualidade – como os olhos, da vista, e os ouvidos, da audição, e por esse motivo, além desses órgãos, carecemos de uma arte apropriada para examinar e para fornecer o que é útil para essas finalidades? Acaso na própria arte há qualquer defeito e cada arte precisa de outra arte que procure o que lhe é útil, e esta, por sua vez, de outra, e assim até o infinito? Ou ela mesma examinará o que lhe é vantajoso? Ou então não precisa de si mesma nem de nenhuma outra para procurar o que é conveniente para a sua própria perfeição. Efetivamente, nenhuma arte possui imperfeição ou falha alguma, nem cabe a uma arte examinar o que é útil, senão aquilo de que é arte. Ao passo que cada arte, se o for de verdade, é incorruptível e pura; enquanto que, tomada no seu sentido exato, é inteiramente o que é. E examina da tal maneira rigorosa: é assim ou de outro modo?

- É assim que parece ser.

- Portanto – disse eu – a medicina não procura a conveniência da medicina, mas do corpo.

- Pois não.

- Nem a equitação a da equitação, mas a dos cavalos. Nem nenhuma outra arte a sua, pois nada carece, mas a daquele a quem pertence.

- Assim parece.

Mas então, Trasímaco, as artes governam e dominam aquele a quem pertencem?

Concordou neste ponto, mas muito a custo.

- Portanto, nenhuma ciência procura ou prescreve o que é vantajoso ao mais forte, mas sim ao mais fraco e ao que é por ela governado?

Por fim, concordou também com isto, mas tentou a disputa. Depois de ele dar o seu assentimento, continuei:

- Ora nenhum médico, na medida em que é médico, procura ou prescreve o que é vantajoso ao médico, mas sim ao doente? Pois concordamos que médico, no sentido rigoroso, é o que governa os corpos, e não o que faz dinheiro com eles. Ou não concordamos?

- Concordamos.

- Logo, também o piloto, no sentido rigoroso, é o chefe dos marinheiros, mas não um marinheiro?

- De acordo.

- Por ventura um piloto e chefe assim há de examinar e prescrever não o que é vantajoso ao piloto, mas sim ao marinheiro e ao súdito?

Concordou a custo.

- Portanto, Trasímaco, nenhum chefe, em qualquer lugar de comando, na medida em que é chefe, examina ou prescreve o que é vantajoso a ele mesmo, mas o que é para o seu subordinado, para o qual exerce a sua profissão, e é tendo esse homem em atenção, e o que lhe é vantajoso e conveniente, que diz o que diz e faz tudo quanto faz.

Depois que chegamos a esse ponto da discussão, e se tornara evidente para todos que a definição de justiça se tinha voltado ao contrário. Trasímaco, em vez de responder, perguntou:

- Diz-me lá, ó Sócrates, tens uma ama?

- O quê? – repliquei eu – . Não era melhor responderes do que estares a fazer semelhantes perguntas?

-É que não repara que estás ranhoso e não te assoa quanto precisas. De modo que nem sequer te soube ensinar a distinguir as ovelhas do pastor.

- Que é que tu queres saber ao certo? – perguntei.

-É que tu julgas que os pastores ou os boieiros velam pelo bem das ovelhas ou dos bois, e que os engordam e tratam deles com outro fim em vista que não seja o bem dos patrões ou o próprio. E mesmo os que governam os Estados, aqueles que governam de verdade, supões que as suas disposições para com os súditos são diferentes das que se têm pelos carneiros, e que velam por outra coisa, dia e noite, que não seja tirarem proveito deles? E és tão profundamente versado em questões de justo e justiça, de injusto e injustiça, que desconheces serem a justiça e o justo um bem alheio, que na realidade consiste na vantagem do mais forte e de quem governa, e que é próprio de quem obedece e serve ter prejuízo; enquanto a injustiça é o contrário, e é quem manda nos verdadeiramente ingênuos e justos; e os súbditos fazem o que é vantajoso para o mais forte e, servindo-o, tornam-no feliz a ele, mas de modo algum a si mesmos. E assim, ó meu simplório, basta reparar que o homem justo em toda a parte fica por baixo do injusto. Em primeiro lugar, nos consórcios que fazem uns com os outros, quando uma pessoa de uma destas espécies se associa com uma da outra, jamais se verificará, por ocasião da dissolução da sociedade, que o justo tenha mais do que o injusto, mas sim menos. Depois, nas questões civis, onde quer que haja contribuição a pagar, o justo, em condições iguais, paga uma contribuição maior, e o outro, menor. Quando se tratar de receber, um não lucra nada, e o outro, muito. E, se algum dos dois ocupar um posto de comando, o justo pode contar — ainda que não tenha outro prejuízo — com ficar com os seus bens pessoais em má posição, por incúria, e com não ganhar coisa alguma dos do Estado, por ser justo. Em cima disto ainda, com criar inimizades com parentes e conhecidos, por se recusar a servi-los contra a justiça. Ao passo que o homem injusto pode contar com o inverso de tudo isto. Refiro-me àquele que há pouco mencionei, ao que pode ter grandes ambições de supremacia. Repara, pois, neste homem, se queres julgar quanto mais vantagem tem para um particular ser injusto do que ser justo. Mas a maneira mais fácil de aprenderes, é se chegares à mais completa injustiça, aquela que dá o máximo de felicidade ao homem injusto, e a maior das desditas aos que foram vítimas de injustiças, e não querem cometer atos desses. Trata-se da tirania, que arrebatava os bens alheios a ocultas e pela violência, quer sejam sagrados ou profanos, particulares ou públicos, e isso não aos poucos, mas de uma só vez. Se alguém for visto a cometer qualquer destas injustiças de per si, é castigado e recebe as maiores injúrias. Efetivamente, a quem comete qualquer destes malefícios isoladamente, chama-se sacrílego, negreiro, gatuno, espoliador, ladrão. Mas se um homem, além de se apropriar dos bens dos cidadãos, faz deles escravos e os torna seus servos, em vez destes epítetos injuriosos, é qualificado de feliz e bem-aventurado, não só pelos seus concidadãos, mas por todos os demais que souberam que ele cometeu essa injustiça completa. É que aqueles que criticam a injustiça não a criticam por recearem praticá-la, mas por temerem sofrê-la. Assim, ó Sócrates, a injustiça, quando chega a um certo ponto, é mais potente, mais livre e mais despótica do que a justiça, e, como eu dizia a princípio, a vantagem do mais forte é a justiça, ao passo que a injustiça é qualquer coisa de útil a uma pessoa, e de vantajoso.